

III - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Este capítulo que compreende todo o Sector Social abrangendo a Educação, a Cultura, o Desporto, a Saúde e os Assuntos Sociais, a Administração Laboral e a Qualidade de Vida, integrando esta o Urbanismo, o Desenvolvimento Urbano, Habitação e Arquitectura, o Saneamento Básico e a Topografia, Cartografia e Cadastro, dá conta do múltiplo esforço do Governo no ano de 1987 em melhorar a qualidade de vida das populações e aumentar o seu bem estar.

III - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL/...

Este capítulo compreende todo o Sector Social abrangendo a Educação, a Cultura, o Desporto, a Saúde e os Assuntos Sociais, a Administração Laboral e a Qualidade de Vida, integrando esta o Urbanismo, o Desenvolvimento Urbano, Habitação e Arquitectura, o Saneamento Básico e a Topografia, Cartografia e Cadastro, dá conta do múltiplo esforço do Governo no ano de 1987 em melhorar a qualidade de vida das populações e aumentar o seu bem estar.

1. EDUCAÇÃO

A situação e a evolução recente do sistema educativo, é caracterizada, em termos gerais, pela coexistência de elementos anunciadores da nova organização estrutural, prosseguida pela Reforma do Sistema Educativo com soluções de continuidade que garantem o funcionamento do sistema nesta fase de transição, sem soluções de ruptura.

Embora sem um carácter de transformação estrutural, só realizável no quadro da reforma, são já visíveis melhorias significativas na organização, conteúdos e metodologias de ensino, com o reforço da orientação e coordenação pedagógica, o ajustamento dos programas, a edição e adopção de novos manuais e guias do professor.

1.1. Cobertura Escolar

No ano lectivo de 1987/88 frequentam os estabelecimentos dos diversos níveis e ramos de ensino um total de 69440 alunos, 90,6% (62 630) no ensino básico, 9,01% no ensino secundário liceal e técnico-profissional e 0,3% (269) nas Escolas de Formação de Professores. (ver quadros em anexo)

Estima-se que 88,8% das crianças com 7/12 anos frequentam a escola em 1987, sendo ainda significativo o volume de crianças com 6 anos escolarizadas (22%) como consequência do alargamento da rede de jardins infantis e núcleos rurais de educação pré-escolar.

Indicador igualmente significativo do alargamento é a extensão da escolaridade de base e o da percentagem das crianças que tendo concluído com aproveitamento o ensino básico elementar transitam para o ensino básico complementar. Em 1987/88 a percentagem de transição ultrapassou já os 63% (47,2% no início da década),

sendo no entanto ainda significativas as assimetrias regionais, registando os valores mais elevados nos concelhos onde se situam os principais centros populacionais (Sal, S.Vicente e Praia) e os mais baixos em S.Nicolau e Stº Antão.

Acima dos 12 anos os índices de cobertura escolar são mais modestos (40,8% nos 13/15 anos) e (8,3% nos 16/17 anos), reflexo do ainda baixo nível de escolarização no ensino secundário, particularmente na via técnico-profissional cujas frequências se mantem praticamente estagnadas ao longo da década.

Embora não se disponham de dados estatísticos rigorosos, apercebe-se que um número significativo de jovens e adultos procura o ensino através da frequência dos designados cursos particulares de explicações.

1.2. Rendimento Escolar

Neste domínio se registam melhorias significativas nos últimos anos, como resultado das medidas empreendidas de combate ao insucesso escolar.

Não obstante estes avanços, em 1987/88, a taxa bruta de escolarização no ensino básico elementar eleva-se ainda a 129%, o que significa uma mobilização de recursos 29% superior ao que seria necessário para escolarizar a totalidade das crianças do grupo etário 7/10 anos, numa situação ideal de rendimento escolar.

Elevadas são igualmente ainda as taxas de repetência (25,2% no EBE, 27,5% no EBC e 26,9% no Ensino Secundário Geral Liceal).

A evolução registada nas taxas de aprovação, particularmente no ensino básico, com valores no final de 1986/87 (72% no EBE, 60% no EBC) muito superiores aos da média da década 80, são evidências dos avanços conseguidos e que atrás nos referimos.

.../...

1.3. Recursos Educativos

A fragilidade dos recursos educativos constitui um dos principais constrangimentos do sistema.

O elevado número de professores sem habilitações próprias e com um vínculo precário, e a necessidade de recurso a salas alugadas sem condições de funcionalidade, segurança e conforto ou de partilhar diariamente por três turmas (tresdobramento) um mesmo espaço de ensino, são factores impeditivos de uma elevação da qualidade e rendimento de ensino. De uma forma geral, e mesmo em edifícios escolares de construção recente, são grandes as carências em equipamentos escolares e materiais auxiliares de ensino/aprendizagem.

Quantificando, em 1987/88, dos 1.523 professores a leccionar nas escolas do Ensino Básico Elementar, apenas 262 (17,2%) são habilitados com o curso do Magistério, não dispondo a grande maioria, como habilitações, mais que o 6º ano de escolaridade. Dos 262 professores habilitados, 186 (71%) estão concentrados nos concelhos de S. Vicente e da Praia.

Situações mais favoráveis se registam nos ensinos básico complementar e secundário, cujas carreiras são mais atractivas e se faz sentir o impacto dos resultados positivos alcançados pelo Curso de Formação de Professores.

As carências em instalações escolares são particularmente sentidas nos ensinos básico elementar e secundário-liceal.

Relativamente ao referencial das condições deficientes de instalação dos Cursos de Formação de Professores.

Após a aquisição dos equipamentos necessários para a realização da aprendizagem.

1.4. Alfabetização

Estima-se em 65.000 o número de analfabetos com 15 e mais anos, ao que corresponderia uma taxa de analfabetismo da população do correspondente grupo etário de 43%.

Em 1987, com 1.523 professores, a taxa de analfabetismo era de 43%.